

**IMPRESA
MILITAR NO
SÉCULO XIX:
BRASIL E
ARGENTINA
UM ESTUDO DOS
PERIÓDICOS
NAVAIS, 1850-1882**

Artículo *por*

**JOSÉ MIGUEL ARIAS NETO Y SAMUEL ALVES
SOARES**

Artículo

Imprensa militar no século XIX:
Brasil e Argentina
Um estudo dos periódicos
navais, 1850-1882
por **José Miguel Arias Neto y
Samuel Alves Soares**

JOSÉ MIGUEL ARIAS NETO

Possui graduação em História pela Universidade Estadual de Londrina (1986), mestrado (1993) e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (2001). Pós-doutor em Relações Internacionais pelo Programa de RI San Tiago Dantas – UNESP (2015). É professor associado de História Contemporânea no curso de Graduação em História e Docente do Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em História Social da Universidade Estadual de Londrina e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Centro-Oeste do Paraná - UNICENTRO. É associado da ANPUH-PR - Seção Paraná da Associação Nacional de História, tendo sido seu Secretário Geral nos biênios 2008-2010/2010-2012 e da ABED - Associação Brasileira de Estudos de Defesa, da qual foi Secretário Executivo para o biênio 2010-2012. É associado também da SEO - Sociedade Brasileira de Estudos dos Oitocentos e da ALCAR - Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia. É coordenador dos Grupos de Pesquisa: Estudos Políticos e Militares Contemporâneos; de Estudos Culturais, Política e Mídia e de História Militar.

SAMUEL ALVES SOARES

Professor de Teoria das Relações Internacionais. Universidade Estadual Paulista. Professor do Programa de Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP-UNICAMP-PUC/SP). Bolsista Produtividade nível

Fecha de recepción: 15/10/2017 - Fecha de aceptación: 16/03/2018

Artículo
Imprensa militar no século XIX:
Brasil e Argentina
Um estudo dos periódicos
navais, 1850-1882
por **José Miguel Arias Neto y
Samuel Alves Soares**

IMPRESA MILITAR NO SÉCULO XIX: BRASIL E ARGENTINA. UM ESTUDO DOS PERIÓDICOS NAVAIS, 1850-1882

Resumen

El artículo analiza el surgimiento de la *Revista Marítima Brasileira* y del *Boletín del Centro Naval* (1850-1881), editados por militares de las Marinas del Brasil y de Argentina, respectivamente, con el intuito de investigar los debates realizados por dichos periódicos militares sobre la modernización tecnológica. Se busca entender la manera en la que pretendían influenciar las políticas de formación y consolidación de las Marinas de Guerra en Brasil y Argentina. El artículo también investiga la construcción de la percepción que los militares brasileños y argentinos tienen del enemigo y sus implicaciones políticas: en el afán de establecer una política de defensa terminan por estimular la carrera armamentista entre Brasil y Argentina durante el período abordado. Por lo tanto, se busca comprender, también, las relaciones entre la tecnología y la política en ambos países.

Palabras Clave

Prensa Militar – Periódicos Navales – Enemigo – Carrera Armamentista

Artículo
Imprensa militar no século XIX:
Brasil e Argentina
Um estudo dos periódicos
navais, 1850-1882
por **José Miguel Arias Neto y
Samuel Alves Soares**

MILITARY PRESS IN THE 19TH CENTURY: BRAZIL AND ARGENTINA. A STUDY OF NAVAL JOURNALS – 1850-1852

Abstract

This article will analyze the emergence of the *Revista Marítima Brasileira* (Brazilian Maritime Magazine) and the *Boletín del Centro Naval* (Naval Center Bulletin) (1850-1881), published respectively by the Brazilian and Argentine Navy, to search the debates on technologic modernization. It seeks to understand how they intended to influence the policies of formation and consolidation of the Navy in Brazil and Argentina. The article also studies the construction of the enemy by the Brazilian and Argentine military and its political implications: with the intention to establish a defense policy, they ended up stimulating the arms race between Brazil and Argentina in that period. Therefore, it also seeks to understand the relationship between technology and politics in both countries.

Keywords

Military Press - Naval Journals - Enemy - Arms Race

IMPRESA MILITAR NO SÉCULO XIX: BRASIL E ARGENTINA. UM ESTUDO DOS PERIÓDICOS NAVAIS, 1850-1882

As rápidas transformações tecnológicas, advindas da revolução industrial, produziram mudanças radicais no âmbito das Forças Armadas dos oitocentos. No que toca às questões técnicas das marinhas de guerra verifica-se que entre os anos de 1850 a 1880, processaram-se transformações quer na construção naval – os navios passaram a ser construídos com aço – quer na artilharia, – que passou a ser composta por armamentos de almas raiadas e munição oca (no caso dos canhões). Ao final do século a eletricidade e a radiotelegrafia foram outros melhoramentos introduzidos no campo militar (Vidigal, 1985).

Essas transformações aceleradas provocaram, no Brasil e na Argentina, entre os oficiais de Marinha e as autoridades civis, debates sobre a necessidade e os modos de implementá-las em diferentes contextos como a guerra com o Paraguai (1864-1870) ou a corrida armamentista global que se inicia ao final do século XIX e se estende até as vésperas da Primeira Guerra Mundial. Este debate foi balizado também pelas relações entre Brasil e Argentina, cuja tensão após a Guerra com o Paraguai foi crescente. Também as estruturas organizacionais das Forças Armadas foram afetadas por estas transformações.

Neste período surgiu uma imprensa voltada à discussão de temas militares, em âmbito internacional. Um rápido levantamento aponta a existência de aproximadamente 10 jornais militares que surgiram na França, Inglaterra, Estados Unidos, Portugal e Itália.¹ No Brasil, ao

¹ *Catalogues de la Bibliothèque Impériale*. Paris, 1857; *19th Century British Library Newspaper*. London, s/d; *Boletín del Centro Naval*. Buenos Aires: 1882; *Catálogo Metódico da Biblioteca de Marinha*. Rio de, 1879.

longo do XIX foram localizados pelo menos 24 periódicos militares e, na Argentina, pelo menos 7.²

Assim este artigo investiga os debates sobre a modernização tecnológica realizadas pelos periódicos militares, especificamente a *Revista Marítima Brasileira* e o *Boletín del Centro Naval*, a percepção que têm os militares brasileiros e argentinos constroem acerca do *inimigo* bem como, suas implicações políticas, especialmente no que diz respeito à corrida armamentista entre Brasil e Argentina no período abordado. Busca-se, também, compreender portanto, as relações entre tecnologia e política em ambos países.

A Revista Marítima Brasileira e a Imprensa Militar Brasileira

Há duas publicações intituladas *Revista Marítima Brasileira*. Uma que circulou nos anos de 1851 a 1855 e a outra que iniciou sua circulação em 1881 e continua a existir em nossos dias. Há, entretanto, algumas diferenças. O periódico de 1881 é institucionalizado, isto é, é uma revista da Marinha do Brasil, com dotação orçamentária, editores nomeados pelo ministro, com todas as implicações de uma publicação institucional. A *RMB* de 1851 é outro *tempo histórico* pois vincula-se mais a um movimento de militares reformistas dentro dos quadros do regime monárquico, enquanto que a revista dos anos de 1881 em diante, é profundamente marcada pelas tensões do pós-guerra do Paraguai e vinculada à construção de uma percepção de ameaças e de uma política de defesa inexistentes no período anterior. Embora as duas publicações mantenham relações, estas não são transparentes e muito menos óbvias.

Desde o início do século XIX, há um grande número de periódicos, muitas vezes vinculados a associações e partidos políticos que configuram um espaço público de debates e de participação política

² Levantamentos feitos na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, na Biblioteca Mariano Moreno, no Centro Naval e no Departamento de Estudios Históricos Navales – Buenos Aires. Ver (Arias Neto, 2018).

no país. No caso brasileiro muitos militares, desde aquele período, manifestavam seu ponto de vista através destes periódicos. Outros criaram periódicos de cunho militar mais explícito. É importante ressaltar que a maioria dos periódicos militares brasileiros surgiu após 1850, ou seja, quando o Império adquiriu notável estabilidade política com o predomínio saquarema e com a conciliação (1848-1862), isto é, com a hegemonia do Partido Conservador após a instabilidade período regencial (1831-1840) e de conflito com os liberais (até 1848) marcada por revoltas e guerras internas. Findada esta instabilidade, abolido o Tráfico Negreiro e editada a Lei de Terras (ambos de 1850), abriu-se um período de reformas visando a concentração e centralização do Estado Imperial. Estas reformas foram amplas e abarcaram tanto o Exército quanto a Marinha (Mattos 1987), (Souza, 1999) e (Arias Neto, 2003). No que diz respeito à produção de impressos, era o momento em que o mercado editorial no Brasil se dinamizava com o advento de tecnologias, como a prensa litográfica rotativa que possibilitou uma ampliação na reprodutibilidade técnica no plano da comunicação escrita. Até o final daquele século, a guerra do Paraguai e a crise militar do Império capitalizaram o esforço dos editores de periódicos militares.

Do ponto de vista temático, uma comparação entre a *RMB* dos anos cinquenta e a dos anos oitenta é pertinente. Em 1851 foram publicadas 147 matérias e em 1881 apenas 36, incluindo-se a introdução. Este número pode criar uma ilusão. As 147 matérias de 1851 estavam distribuídas em 20 números publicados ao longo do ano, contendo cada qual 4 páginas no formato de $\frac{1}{4}$, enquanto em 1881, as 36 matérias estavam distribuídas em um grosso volume, o primeiro, de 439 páginas. Se na *RMB* de 1851, as matérias eram constituídas por textos rápidos, na de 1881 os textos tinham em média 12 a 13 páginas, havendo variações com textos mais e menos longos.

Tabela 1. Matérias publicadas na Revista Marítima Brasileira nos anos de 1851 e 1881

Categoria	1851	% sobre o total	1881	% sobre o total
Política	34	23,1	01	2,8
História	13	8,8	08	22,2
Organização	19	13,0	06	16,7
Ciência	31	21,1	01	2,8
Tecnologia	40	27,2	04	11,1
Marinhas do Tempo Presente	-	-	06	16,7
Tática Naval	-	-	01	2,8
Bibliografia	-	-	01	2,8
Viagens	-	-	04	11,1
Defesa	-	-	02	5,5
Outro	10	6,8	02	5,5
	147	100	36	100

Fonte: Revista Marítima Brasileira, 1851 e 1881.

Estas categorias foram elaboradas a partir do tipo de publicação encontrada na *RMB*. Por “Política” entendem-se textos que visam à mobilização da “classe militar” para a conquista de direitos e de reformas na Marinha; já “História” refere-se aqui a textos de relatos sobre a formação da Marinha, incluindo-se as narrativas sobre as guerras travadas (especialmente as da Independência e da Cisplatina). O termo “Organização” por sua vez designa textos voltados para “analisar” ou “propor” mudanças na estruturação da força enquanto que o termo “Ciência” designa o que no século XIX era

entendido por ciência englobando a matemática pura, descobrimentos geográficos, astronomia, por exemplo. Por “Tecnologia” define-se tanto o desenvolvimento de um artefato que incrementa a atividade de navegação ou mesmo de combate, como também o desenvolvimento de uma técnica, um Know-how, um saber-fazer. Por outro lado, categorias como “Marinhas do tempo presente” “Tática Naval”, “Bibliografia”, “Viagens” e “Defesa” apresentam-se apenas no final do século. Em primeiro lugar, verifica-se, portanto, que as temáticas abordadas pela *RMB* entre os anos de 1851 e 1881 aumentaram a despeito de haver uma “diminuição” no número de artigos. Estas temáticas demonstram também transformações na percepção do papel dos militares: tática, defesa e avaliação das marinhas no tempo presente implicam uma representação do outro, particular e mediada por um lado, pela experiência internacional e, por outro, pelas definições políticas locais, isto é, nacionais e regionais. Também “Viagens” e “Bibliografia” são temáticas novas incorporadas a partir do momento em que os relatos sobre as viagens de instrução e que as novas bibliografias sobre marinhas, de autores nacionais ou estrangeiros, são noticiadas e comentadas na *RMB*.

Em termos gerais verifica-se que no periódico de 1851, “Política”, “Ciência” e “Tecnologia” eram os temas mais debatidos. De fato, naquele momento de reformas políticas e econômicas pós-abolição do tráfico negreiro estava em pauta a mobilização dos militares em busca de transformações da força. Formados nos quadros do reformismo ilustrado, e transitando pelas principais instituições científicas e intelectuais como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, estes militares enfatizaram a discussão da ciência e da tecnologia dadas as transformações globalmente em curso. Por outro lado, verifica-se que em 1881 os temas de “História”, com destaque para narrativas sobre a Guerra da Tríplice Aliança, de “Organização” e de “Marinhas do tempo presente” predominam na revista. Mas estas podem ser relativizadas quando se verifica que a discussão sobre política e mobilização militar está inserida nos textos de “História” e que os temas de “Ciência” e de “Tecnologia” estão naqueles de discussão

das “Marinhas do tempo presente”. Isto indica a mudança de percepção: não se trata de aparelhar a Marinha do Brasil para a defesa “do comércio” marítimo e fluvial como se dizia nos anos cinquenta, mas de responder às novas e graves ameaças globais e regionais, decorrentes das agressões imperialistas na Ásia e na África e da mutação da situação política e econômica na América do Sul.

Os militares brasileiros percebiam a Argentina como a grande “ameaça” ao Império no final do século. Diferentemente da imprensa dos anos cinquenta – período em que os artigos eram anônimos em sua esmagadora maioria, a *RMB* dos anos oitenta apresenta, de modo geral, artigos assinados. Esta não é, no entanto, uma regra rígida e vez por outra aparecem apenas as iniciais do autor. É o caso do texto “A defesa de nossa costa”, escrito por E.A. em resposta a um texto de mesmo título redigido pelo capitão-tenente V. de Lamare. O argumento central do texto de Lamare fundamenta-se na ideia de que – diante da falta de recursos para a defesa das costas marítimas e fluviais – seria fundamental restaurar e encorajar as antigas fortalezas de terras e investir na construção de torres encouraçadas somente para a defesa do Rio de Janeiro e dos principais portos brasileiros.³ Na sua resposta, E.A. procura desconstruir o argumento de de Lamare, indagando-se sobre a possibilidade de se confiar neste sistema. A resposta é negativa. De acordo com ele o país poderia ficar em uma situação perigosíssima caso ocorresse uma guerra inesperada. Segundo ele embora a paz seja de necessidade imperiosa para a América, não é possível alimentar a esperança de que seja permanente. A explicação desta situação residiria, de acordo com o autor, no fato de que

Os povos que nos rodeiam têm instituições muito diversas das nossas; os chefes que os dirigem, quase sempre militares, carecem das ovações dos triunfos para conservar o ascendente adquirido, e o poder conquistado. Amam a glória das batalhas que lhes dá prestígio, de preferência à aureola de legisladores, ou de administradores, que não provoca o entusiasmo das

³ Lamare, V. de. “A defesa de nossa costa”, em *Revista Marítima Brasileira*, V. 1, 1881, pp. 360-361.

massas. (...) Brasileiros e argentinos podem encontrar-se amanhã em luta, não obstante serem duas nações destinadas a um grandioso porvir, se se tornarem unicamente rivais nos torneios do trabalho e da civilização (...) De um lado os argentinos, com uma esquadra novamente construída, com um navio para combater no oceano e varrer nossas costas – o *Almirante Brown*, com navios encouraçados e navios torpedos para defesa de seus rios, com as fortificações permanentes de Martin Garcia, e eventuais das barrancas do Paraná para conter o inimigo, enquanto conservar o predomínio absoluto nas águas superiores desse mesmo Paraná, Paraguai e Uruguai, que lhes dá franco acesso em nossas remotas províncias de Mato Grosso e do Rio Grande, com estradas de ferro estratégicas que podem despejar em frente de nossas povoações do Alto Uruguai um numeroso e bem armado exército (...) De outro, os brasileiros com sua armada desmantelada, sem ter um navio de guerra para defender sua marinha mercante, opondo-se às operações de um cruzador da ordem do *Almirante Brown*; com aquelas duas províncias inteiramente abertas, e sem poder socorrê-las (...) sem exército, nem reservas; sem guarda nacional; enfim completamente desprovidos para a guerra (...) É preciso, portanto, opor encouraçado a encouraçado (...) preparemos o Fecho dos Morros para embargar o passo argentino e salvaremos a província de Mato Grosso de uma invasão, conservaremos o arsenal do Ladário e todos os outros estabelecimentos criados para a defesa da província.⁴

O texto estabelece, de modo estratégico, desde o início um campo oposto entre *nós/eles*: os povos que nos cercam e nós brasileiros. Os primeiros possuem características belicosas, são militarizados, guerreiros, pouco afetos à administração e à atividade legislativa. O que não está dito, mas implícito é que a ordem política e social brasileira a tudo isto é oposta: um governo liberal, civil, voltado à administração do Estado e ao progresso. De acordo com o autor, os argentinos deveriam seguir o exemplo brasileiro pois, se fossem *nossos* rivais apenas na concorrência econômica, política e cultural, a América do Sul estaria destinada a um grande futuro. Mas, continua E.A., os argentinos carecem das ovações de triunfos militares, e, portanto, são instáveis e nesta situação não se pode confiar que haverá paz duradoura na América. Em suma a Argentina, na visão de

⁴ E.A. "A defesa de nossa costa", em *Revista Marítima Brasileira*, V. 1, 1881, pp. 304-305.

E.A. é um fator de instabilidade na região. Há, portanto, que se precaver, pois a belicosidade e a força militar – especialmente o *Almirante Brown* constituem uma ameaça real e concreta ao Império do Brasil.

O campo é delimitado a partir da oposição civilização/barbárie. Os brasileiros do século XIX nutriam profundo preconceito em relação aos vizinhos hispânicos (Silveira, 2015) e (Arias Neto & Garcia, 2016). Era “sabido e conhecido” no discurso político e jornalístico, por exemplo, que as repúblicas sul americanas eram “caudilhescas, instáveis e belicosas”. Esse conhecimento era cumulativo, isto é histórico, fundamentado nas experiências dos contatos de portugueses e espanhóis na região. Tratava-se, portanto, da transmissão de preconceitos pré-existentes, aos vizinhos sul americanos após as independências. Este “conhecimento de mundo” está presente na percepção que E.A. tem dos argentinos.

Esta análise retoma a concepção predominante no início do século XIX, no momento de emancipação das colônias. Os portugueses atuaram no sentido de impedir que os estados em formação na região reconstituíssem o Vice-Reino do Rio da Prata. Não foi outra a ideia de D. João VI quando ordenou a invasão da Banda Oriental em 1817 e a incorporação desta ao Império do Brasil sob a denominação de Província Cisplatina. No imaginário português o rio da Prata configurava a fronteira natural ao sul do Império Luso-Brasileiro e depois do Império do Brasil. Assim a invasão da Banda Oriental nada mais foi que um ato de criação desta unidade territorial natural que cabia ao Brasil preservar. A guerra do Império com as Províncias Unidas do Rio da Prata resultou na criação do Uruguai, sempre alvo da intervenção brasileira que visava garantir não apenas a hegemonia imperial naquele país, mas impedir a absorção do mesmo pelos estados platinos em formação. A mesma atitude teve o Império em relação ao Paraguai, sendo o primeiro fiador da independência do mesmo, visando estabelecer um vínculo de maior proximidade e ao mesmo tempo afastar a influência de Buenos Aires. Este envolvimento do Brasil no Prata, isto é, o expansionismo imperial que

se chocou com o argentino e com as pretensões de autonomia do Paraguai, deu origem aos conflitos crônicos que se aprofundaram de 1850 em diante até a Guerra da Tríplice Aliança. Assim, a formação dos estados no Prata produziu um espaço de conflito cuja duração atravessou o século XIX e prolongou-se no XX.

A Argentina foi apenas um aliado eventual do Brasil durante a guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Por um lado, porque Solano Lopes procurou articular os federalistas de um lado e de outro do Rio da Prata, isto é, com Entrerios e com os blancos paraguaios visando o enfraquecimento político dos unitários e dos colorados. Por outro a Argentina foi atraída pelo Brasil, entre outros fatores, pela possibilidade de abocanhar parte do território paraguaio selada no Tratado da Aliança. O pós-guerra foi marcado por aguda tensão entre Brasil e Argentina até por volta de 1876. Decorreu sobretudo das interpretações divergentes em relação às definições das fronteiras dos dois países com o Paraguai estipuladas no Tratado da Aliança. Por um lado, o tratado, pelo artigo 16, retalhava o Paraguai entre o Brasil e a Argentina, garantindo ao primeiro a área em disputa entre os rios Branco e Apa no Mato Grosso e à segunda, todo o Grão Chaco, ou seja, toda área à margem direita do Rio Paraná até a Baía Negra no Mato Grosso. Por outro, quando a Argentina, já a partir de 1865 procura garantir esses direitos através de uma proposta de tratado de paz, o Brasil passa a desenvolver o argumento de que as cláusulas do Tratado de Aliança são definitivas quanto à guerra e não quanto à paz e também ao art. 8, através do qual os "Aliados se obrigam a respeitar a independência, soberania e integridade territorial da República do Paraguai(...)".⁵ Neste sentido, o Brasil se apresentou não apenas como defensor dos interesses do Paraguai como também da Bolívia, no que diz respeito ao Chaco, reconhecendo à Argentina suas pretensões até o limite do entroncamento dos rios Pícolomaio e Paraguai. Durante este período, o Brasil manteve uma guarnição do

⁵ Tratado da Tríplice Aliança (Nabuco, 1997, pp. 1182-1183).

Exército e uma flotilha no Paraguai e outra no rio da Prata.⁶ Trata-se, portanto, de uma “política guerreada”, conforme a definição de (Eco, 1998, p. 24): a guerra moderna – afirma – teria um ‘momento final’ se Clausewitz tivesse razão, ou seja, que a guerra “acabaria quando fosse atingido um estado de equilíbrio que permitisse o retorno à política. Mas, acrescenta:

em nosso século é a política do pós-guerra que será sempre e de qualquer forma a continuação (com qualquer meio) das premissas colocadas pela guerra. Não importa qual seja seu andamento, a guerra (...) vai prolongar-se em uma dramática instabilidade política, econômica e psicológica nos decênios seguintes, que não poderia produzir senão uma política guerreada”.

Neste contexto, os militares brasileiros percebem – alarmados – o incremento dos recursos militares da República Argentina – especialmente no que toca à formação de uma Marinha no pós-guerra da Tríplice Aliança – que muda a configuração do espaço de conflitos definidores dos estados platinos. Pela primeira vez o Império do Brasil vai se defrontar com uma *outra* marinha de guerra que desafiou sua hegemonia regional desde 1850. Assim, não bastasse o *outro* ser militar belicoso, instável e caudilhesco, em 1881, ele está fortemente armado, portador de uma simbólica espada encouraçada a ameaçar o Império: o *Almirante Brown* e a nova marinha da República. A expressão pela “primeira vez” pode causar certo estranhamento se formos por demais apegados à uma história factual e cronológica pois certamente desde os anos vinte do século XIX ocorreram operações navais de vulto na América do Sul, inclusive no que diz respeito à conquista da Patagônia (Piccirilli, 1967). Considera-se, aqui, contudo, como Marinha de Guerra uma força armada plenamente nacional, como instituição do estado, articulando a formação e profissionalização de quadros à uma política sistemática de aquisição e fabricação de armamentos, articulados às políticas estatais de

⁶ Esta complicada quadra da política internacional do Brasil é narrada com detalhes em Soares (1956).

expansão segurança e defesa. Neste sentido, se esta formação ocorreu no Brasil no período de 1850 até o fim da guerra da Tríplice Aliança, na Argentina a estruturação e consolidação da Marinha ocorreu em período posterior.

A situação, contudo, rapidamente se modificará em termos militares com a modernização da Armada Imperial, mas de fato, a corrida armamentista se instaurara no coração da América do Sul e assim seguiu a passos largos até a Primeira Guerra Mundial.

A *Revista Marítima Brasileira*, portanto, foi essencial para o processo de constituição e de consolidação da imagem do *outro ameaçador*, ao incorporar o passado e resignificá-lo no presente. Isto porque não apenas evoca a imagem do histórico conflito entre o Brasil e os estados platinos bem como, os preconceitos arraigados em relação aos hispânicos, mas projeta-os no presente, representando a Argentina e os argentinos como bárbaros fortemente armados às portas da civilização, cujo avanço deve ser detido. Assim, entre a *RMB* dos anos cinquenta, cujo escopo era clamar pela necessidade de reformas da força visando consolidar a hegemonia brasileira no Prata e a publicação dos anos oitenta, ocorreu não apenas a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai e a derrota deste, mas também, a emergência da Argentina como nova potência naval na América do Sul.

O Boletín del Centro Naval e a Imprensa Militar na Argentina

Diferentemente da experiência brasileira, a imprensa militar na Argentina surge mais tardiamente, na segunda metade do século XIX. Até este momento da pesquisa, conseguimos verificar que, aparentemente, o periódico militar mais antigo é a *Revista Militar* datada de 1875. Em seguida registra-se o aparecimento da *Revista Militar y naval* em 1881 e, em 1882, o *Boletín del Centro Naval*, a *Revista Militar Argentina* em 1887, a *Revista de la Union Militar* em 1890 e o *Almanaque La Prensa Militar* em 1898. Estas datas não se referem necessariamente à fundação das revistas, mas correspondem aos

exemplares encontrados na Biblioteca Nacional Mariano Moreno. Há uma exceção que é o *Boletín del Centro Naval*, pois sendo um periódico cuja existência se mantém em nossos dias, posto que é produzido e preservado pelo *Centro Naval*, instituição também existente em nossos dias. Juntamente com a *Revista Marítima Brasileira* o *Boletín del Centro Naval* parece ser um dos mais antigos periódicos militares da América do Sul.

De fato, ambos os periódicos guardam muitas semelhanças ainda que cada um deles possua sua singularidade. Para tratar do *BCN* é preciso abordar, ainda que rapidamente o surgimento do Centro Naval. O aparecimento desta instituição é marcado pela singularidade do processo de formação do Estado argentino e, conseqüentemente, pelas suas Forças Armadas, em especial, neste caso, a Marinha de Guerra.

A experiência da guerra com o Paraguai produziu nos militares e na sociedade argentina outro tipo de impacto. No pós-guerra, tanto políticos como militares argentinos, atentaram-se – assim como os brasileiros – para as questões de defesa. A necessidade de se criar de fato Forças Armadas permanentes, que levou à reforma e consolidação do Exército e, no que diz respeito a este texto, a formação de uma Marinha de Guerra foi uma das questões cruciais naquele momento. Este processo foi pontuado pelas dissidências federalistas e questões de fronteiras, enfrentadas pelos presidentes Sarmiento (1868-1874) e Nicolás Avellaneda (1874-1880) .

O presidente Domingo Faustino Sarmiento foi o iniciador da organização da marinha argentina. Este início foi marcado por uma visão estratégica vinculada ainda às questões platinas, e tinha, portanto, como teatro de atuação da marinha a bacia do Rio da Prata. De acordo com Lonzieme (1983,6) esta perspectiva dizia respeito a conter as ambições dos brasileiros, em outras palavras “eran buques fluviales para desempeñarse em el teatro de operaciones de nuestros grandes ríos, que era hacia donde apuntaban las ambiciones de nuestros vecinos del Norte”. Já (Rodríguez y Bergallo, 2005, p. 17) apontam o fato do presidente Sarmiento ter uma percepção voltada

para as questões platinas, certamente pelo desenrolar da guerra. Assim, ao final dos anos sessenta e início da década seguinte se impunha a visão platina em decorrência da guerra e das tensões com o Brasil em relação à definição de fronteiras e de esferas de influência no pós-guerra. O presidente Sarmiento propôs uma série de projeto de leis que configuravam seu plano naval: Lei n 498 de 27 de maio de 1872 autorizando o crédito de 2,6 milhões de pesos para adquirir navios de guerra, Lei 568 de 2 de outubro de 1872 autorizando a criação de uma Escola Naval Militar e a Lei 646 de 1 de outubro de 1873 que criava o Arsenal de Marina de Zárate, no rio Paraná.

A Escola Naval iniciou seu funcionamento a bordo do vapor *General Brown*. A primeira viagem da Escola deu-se em 1873, partindo de Los Pozos, com objetivo de percorrer diversos pontos das costas patagônicas. A viagem foi interrompida em Carmem de Patagones pois o navio havia ficado avariado devido às tempestades que enfrentou no caminho. Feitos os reparos regressou a Buenos Aires. Neste momento, notícias de conflitos com chilenos na região do rio Santa Cruz com o grupo liderado pelo capitão Piedra Buena, levou o governo a enviar um navio – o bergantim *Rosales* – para averiguar os acontecimentos. De acordo com Lonzieme (1983, p. 7) esta viagem – que intitula de abertura marítima argentina – “tuvo por virtud despertar el interés de nuestros gobernantes por lo que estaba sucediendo em la Patagonia que, por tanto tempo, había quedado al arbitrio de las apetencias extranjeras”.

É na administração do presidente Nicolas Avellaneda (1874-1880) que se processou um grande câmbio na estratégia do Estado, com a projeção territorial e marítima “hacia sur”.

Durante seu governo, ampliou o Plano Naval existente, reformando a estrutura da Marinha. Esta estrutura era bastante simples até então, formada por uma Comandância Geral formada por exíguo pessoal e adjunta ao Exército no Ministério de Guerra e Marinha. Esta era uma divisão no interior do ministério. No período de Avellaneda, foi criada uma Junta Superior de Marinha, que ficou responsável por auxiliar a Comandância Geral e indicar ao Ministério os comandantes dos

navios, qualificar anualmente os chefes oficiais e realizar inspeções nos navios. Além disto, foi criada – para responder ao desafio chileno em Santa Cruz – a Divisão Naval do Sul, sob o comando do Comodoro Luis Py. Em 1878 em operação conjunta com o Exército a Divisão tomou posse da margem direita do Rio Santa Cruz, garantindo a partir daí a soberania na Patagônia. Sobre este processo observou o então Ministro Julio Roca, na memória apresentada ao Congresso Nacional em 1879 que havia

Necesidad de consagrar [à marinha] atención y recursos (...) teniendo presente que la Republica Argentina debe ser en breve tiempo una Nación esencialmente marítima, pues sus mayores intereses se hallan vinculados en el porvenir a la población de las costas del Atlántico y a la habilitación de sus puertos para el comercio universal (...) Una Armada no se improvisa, sobre todo si, como sucede entre nosotros, no existe una marina nacional capaz de suministrar à la Escuadra el personal competente en un momento dado. Todo hay que crearlo, porque nada teníamos previsto en el pasado, enteramente preocupados en dar la solución más acertada a nuestras cuestiones de organización nacional.⁷

No final do mandado do presidente Avellaneda foi ainda contratada a construção do encouraçado *Almirante Brown*, considerado um marco na história naval argentina, pois dentre outros melhoramentos incorporava iluminação elétrica. Também novas reformas na Escola Naval levaram a sua instalação em terra no ano de 1880.

Em sentido geral, pode-se dizer que durante os anos de 1868 a 1880 ocorreu um processo de consolidação do Estado Nacional argentino com – entre outros fatores – a constituição do monopólio do exercício da violência legal através da reforma do Exército e da criação da Marinha. Foi este processo que permitiu o controle das dissidências federalistas e propiciou a projeção territorial para o sul e a projeção marítima para o Atlântico. Como observou (Moniz Bandeira, 2010, p. 53):

⁷ Memória de Marina presentada al honorable Congreso de 1879 por el Ministro de Guerra y Marina, General D. Julio A. Roca. Buenos Aires, Impenta del Porteño, 1879, p. III.

Artículo

Imprensa militar no século XIX:
Brasil e Argentina
Um estudo dos periódicos
navais, 1850-1882
por **José Miguel Arias Neto y
Samuel Alves Soares**

Os presidentes Bartolomé Mitre (1862-1868) e Domingo Sarmiento (1868-1874), ao tempo em que organizavam, pela primeira vez na história do país, o Exército nacional e permanente, debelaram as *montoneras* e reprimiram as dissidências federalistas, fomentadas pelas oligarquias rurais de outras províncias (...). O presidente Nicolás Avellaneda (1874-1880) deflagrou a campanha para extermínio dos índios, descerrando à colonização, até além do Rio Negro, cerca de 1 milhão de quilômetros quadrados, e promoveu a federalização de Buenos Aires (...).

Um dos fatores que propiciou tal quadro de consolidação foi o desenvolvimento da tecnologia de guerra, que exigia por um lado a mobilização de recursos consideráveis, o que garantiu aos Estados superarem as milícias comandadas por caudilhos regionais, visto que os Exércitos – agora nacionais – e as Marinhas incorporavam os mais sofisticados e poderosos armamentos produzidos no período. Não é, pois, ao acaso, que surge uma imprensa militar internacional que configura uma rede de comunicações global. Neste sentido, quando em 1880 a Escola Naval é transferida para uma sede em terra, criou-se o ambiente propício para a formação do Centro Naval e para a edição do *Boletín del Centro Naval*.

O Centro Naval foi fundado em 1882 por oficiais subalternos da Marinha Argentina com a finalidade de promover discussões científicas e técnicas visando o desenvolvimento da força. As características desta agremiação demonstram a singularidade do processo de discussão que se instalou na Argentina. De acordo com (Lonzieme, 1983), (Rodríguez y Bergallo, 2005) e (Oyarzábal, 2003) o pessoal que compunha a Marinha argentina neste período era dividido em dois grupos. O alto escalão, cuja formação havia se dado no “calor da batalha” e os subalternos com formação em escolas profissionais no exterior, que configurava um grupo heterogêneo devido à pluralidade dos cursos. Ao mesmo tempo, havia um outro recorte que se evidenciou durante a revolta de Mitre contra o resultado das eleições que levou Avellaneda ao poder em 1874. De fato, parte do Exército e da Marinha participou da revolta e, a maior parte, ainda que fosse simpática a Mitre manteve-se no âmbito da legalidade em defesa do presidente eleito.

Na formação do Centro Naval prevaleceram estes dois recortes: ele foi criado por oficiais subalternos e civis, excluindo-se a participação dos oficiais superiores, na sua maioria formados “no calor da batalha” e pouco propensos a aceitarem de bom grado a presença dos profissionais das escolas na Armada, o que implicava na criação de barreiras e dificuldades para a nova geração. Por outro lado, também eram os oficiais superiores que terminavam por arrastar os demais oficiais e praças em suas movimentações políticas. Visando a formação de uma unidade dos subalternos, perspectiva que se formou desde a primeira Escola Naval a bordo do *General Brown*, foi no âmbito desta mesma Escola, que em 1882, criou-se o Centro Naval. O subtenente Santiago Juan Albarracin, assim expôs o escopo do Centro:

Largo tiempo há que se notaba un gran vacío en la Armada y era preciso llenarlo; la oficialidad subalterna estudiosa y ávida de distinguir-se por medio de trabajos de utilidad notoria, para el bien del país y de la Armada no se conocía, y por consiguiente, no podían apreciarse mutuamente los que la componen (...) La Marina Argentina, tiene vastos horizontes ante sí (...) No es permaneciendo en la oscuridad que los Oficiales subalternos pueden propender á la más pronta realización de las reformas que es necesario introducir en la Armada para su mejor y definitiva reorganización; todos deben contribuir á tan patriótico fin, y deber es de los subalternos ayudar a sus superiores en la esfera de sus fuerzas.⁸

Como se pode verificar trata-se da criação de um ‘espírito de corpo’ entre os oficiais subalternos e da promoção da saída deste corpo da obscuridade para o espaço público, do debate político, visando participar do necessário processo de reformas da Armada, “ajudando” os oficiais superiores.

Para além disto, contudo, o Centro e o *Boletín* já surgem no momento em que a rede de comunicação global de discussão acerca das questões militares está consolidada. Assim a publicação vai ultrapassar rapidamente seus objetivos iniciais, intercambiando

⁸ Albarracin, S. “Algunas palabras”, em *Boletín del Centro Naval*, Tomo I, 1884, p. 6.

publicações e ideias por meio da permuta de periódicos que o Centro passa a receber do mundo todo e também por meio da tradução e publicação de artigos de periódicos estrangeiros.

Nos dois primeiros anos de funcionamento o *BCN* publicou 152 matérias, compostas de artigos, notas e notícias, cujo tamanho varia de ¼ de página a 20 páginas. Distribuídos nas seguintes categorias:

Tabela 2. Matérias publicadas no Boletín del Centro Naval 1882-1883

Categoria	1882-1883	% sobre o total
Política	16	10,5
História	04	2,6
Organização	12	7,9
Ciência	12	7,9
Tecnologia	52	34,2
Marinhas do Tempo Presente	13	8,6
Tática Naval	03	2,0
Bibliografia	02	1,3
Viagens	06	4,0
Defesa	-	
Outro	32	21,0
	152	100

Fonte: Boletín del Centro Naval, 1822-1883

O conjunto de matérias do Tomo I, composto de quatro números referentes aos anos de 1882 e 1883 revelam os eixos dominantes do *BCN*: “Política” (10,5%) que dizem respeito à organização do Centro Naval e a predominância esmagadora de textos voltados à

“Tecnologia” (34,2%) e às “Marinhas do tempo presente” (8,6%) que juntos compõe mais da metade (53,3%) das matérias publicadas na revista. Destacam-se ainda as categorias “Ciência” e “Organização” que perfazem juntas 15,8% do total de matérias. Finalmente, a categoria “Outro” que envolve desde necrológios, notícias de conselhos de guerra, dentre outras notas, totaliza 21,0% das matérias do *BCN*. Há que se considerar também a mesma questão que afeta o uso destas categorias em relação à *RMB*. Especialmente no que diz respeito à questão da defesa, que embora não apareça em um tópico específico, está disseminada em todo o *Boletín* sob outros temas. Isto indica, que não se produziu um texto sistematizado nestes dois volumes do Boletim acerca da defesa, mas a temática aparece nas discussões sobre “Política”, “Ciência”, “Tecnologia”, “Marinhas do tempo presente”, dentre outros tópicos.

Por outro lado, há diferenças entre os dois periódicos na sua distribuição temática:

Tabela 3. Comparativo entre as matérias publicadas no Boletín del Centro Naval e na Revista Marítima Brasileira

Categoria	BCN 1882- 1883	% sobre o total	RMB 1881	% sobre o total
Política	16	10,5	01	2,8
História	04	2,6	08	22,2
Organização	12	7,9	06	16,7
Ciência	12	7,9	01	2,8
Tecnologia	52	34,2	04	11,1
Marinhas do Tempo Presente	13	8,6	06	16,7
Tática Naval	03	2,0	01	2,8

Artículo
 Imprensa militar no século XIX:
 Brasil e Argentina
 Um estudo dos periódicos
 navais, 1850-1882
 por **José Miguel Arias Neto y**
Samuel Alves Soares

Bibliografia	02	1,3	01	2,8
Viagens	06	4,0	04	11,1
Defesa	-		02	5,5
Outro	32	21,0	02	5,5
	152		36	100

Fontes: Boletín del Centro Naval, 1882-1883 e Revista Marítima Brasileira, 1881.

Numa escala comparativa, verifica-se que o *BCN* discute, aparentemente, mais questões políticas que a *RMB*. Pode-se compreender esta diferença na medida em o *Boletín* está vinculado ao Centro Naval e não à Marinha, enquanto que a *RMB* é institucional. Por outro lado, como já se destacou aqui, os temas políticos na *RMB* aparecem na discussão histórica. Quanto a este tema – a História – tem abordagem mais ampla na *RMB* do que no *BCN*. Mas não se trata apenas de quantidade, mas de conteúdo também, os artigos da *RMB* versam majoritariamente sobre a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, em vários de seus aspectos, enquanto que no *BCN* tem destaque a Guerra da Cisplatina, e a história da navegação a vapor no rio da Prata. Outros temas apresentam certo equilíbrio como é o caso de “Tática Naval”, “Bibliografia”, “Viagens”, “Organização”. Aparentemente o *BCN* discute mais “Ciência” e “Tecnologia” do que a *RMB*, mas em números posteriores esta diferença tende a desaparecer.

Diferentemente dos militares brasileiros, os argentinos não têm os seus vizinhos na conta de bárbaros. Ao contrário, as referências aos brasileiros são de respeito e de admiração. Por exemplo, em uma conferência sobre tática naval proferida no Centro Naval em 26 de junho de 1882, ninguém menos que Santiago Albarracín comenta a Batalha Naval do Riachuelo nos seguintes termos:

Así que los paraguayos abordaron los buques de sus enemigos, la lucha se trabó con imponderable encarnizamiento de una y otra parte; la victoria era”

ya de los primeros, cuando el Almirante Barroso, viendo que todo estaba perdido, aprovechó la embriaguez del triunfo que había hecho olvidar toda prudencia á los paraguayos, y á toda fuerza de máquina se dirigió con el «Amazonas», contra los buques enemigos, echando algunos á pique á proazos, consiguiendo de esta manera desembarazar los buques de su escuadra, que estaban comprometidos, y alcanzar el mas espléndido y completo triunfo para la armada brasileña y para la causa de la civilización.⁹

Neste mesmo volume há uma nota da editoria sobre o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro que após noticiar os vários navios lá construídos afirma: Las construcciones que se ejecutan en el arsenal brasilero de Rio Janeiro han llamado ya, con justa razon, la atencion del mundo marítimo, y honran á la América del Sud.¹⁰

Este olhar de admiração traduz um reconhecimento meritocrático objetivo: trata-se de vitória militar em uma guerra vista pelos aliados como “civilizatória”, isto é, contra a barbárie paraguaia, e também devido às realizações na construção naval. Esta admiração é pragmática também. Trata-se de igualar as realizações brasileiras: “En la Exposición Continental del año ppdo, que tuvo lugar en nuestra Capital, el público pudo constatar los adelantos de la marina brasilera, que debemos igualar, en un tiempo no lejano, continuando en el camino que seguimos: el del estudio”.¹¹

Porém de modo também “objetivo”, a possibilidade de uma guerra com o Brasil é uma preocupação sempre presente entre os militares argentinos. O fato deste vizinho não ser posto na chave de bárbaro, não faz do mesmo menos ameaçador. Em um artigo intitulado “El torpedo y el cañon”, Emil Sellstrom, respondendo à ideia defendida pelo tenente Garcia y Mansilla que frente ao desenvolvimento dos barcos torpedeiros, a ilha de Martin Garcia perderia seu valor estratégico, observa:

⁹ Albarracin, S. “Conferencia sobre Táctica Naval”, em *Boletín del Centro Naval*, V. 1, T. 1, 1882-1883, pp. 38-39.

¹⁰ El Arsenal de Rio Janeiro. *Boletín del Centro Naval*, V. 1, T. 1, 1882-1883, p. 256.

¹¹ El Arsenal de Rio Janeiro. *Boletín del Centro Naval*, V. 1, T. 1, 1882-1883, p. 256.

Pero como los vehículos flotantes continuarán siendo durante muchos decenios los únicos admisibles, para la comunicación con esas regiones lejanas y despobladas que constituyen los confines de la República con el Brasil, sostenemos que seguirá siendo Martín García la llave estratégica, de cuya posesión dependerá el éxito de la campaña, lo que hace que será absolutamente necesario asegurar por medio de fortificaciones inexpugnables y líneas de torpedos fijos y agresivos la posesión de la isla.¹²

Como em uma imagem no espelho, a ilha de Martín García é considerada, nas duas bandas do Rio da Prata, elemento central das defesas argentinas frente ao Brasil. Neste caso a visão de Sellstrom no *Boletín* converge com a interpretação de de E.A. na *RMB*.

No volume 02 há um artigo intitulado “El Acorazado Brasileiro Riachuelo”. Neste texto é feita uma longa descrição do *Riachuelo*, comprado pelo Brasil como resposta à aquisição do *Almirante Brown* pela Argentina. O articulista, que assina somente pelas iniciais, conclui suas reflexões fazendo exatamente a comparação entre os dois navios e a desvantagem da Argentina frente ao vizinho:

El (o Riachuelo) que habiendo sido construido inmediatamente después de nuestro *Almirante Brown* viene a ser considerablemente más fuerte, lo que nos demuestra que en materia de construcciones para la guerra pocos años bastan para reducir un coloso á factor de orden secundario en la lucha de fuerza contra fuerza. (...). Quedamos en esto; que sería haber gastado casi inútilmente en construir un buque poderoso para asegurarnos el respecto de nuestros vecinos, desde el momento que ellos han anulado ese efecto de una manera tan por lo alto; de modo que no nos queda otro recurso que declararnos vencidos ó continuar la lucha mandando construir otro rival del *Riachuelo*. La lucha está abierta y en consecuencia habrá que seguirla ó declarar-se vencido; todo es cuestión de oro, no habrá que ver más sino cual tiene mayor cantidad. Es indudable que nuestros vecinos ven más lejos que nosotros y que no olvidan el viejo adagio que dice: el prevenido nunca es vencido.¹³

¹² Sellstrom, E. “El torpedo y el cañón”, em *Boletín del Centro Naval*, V.1, T. 1, 1882-1883, p. 280.

¹³ A. del C. “El Acorazado Brasileiro Riachuelo”, em *Boletín del Centro Naval*, Tomo 2, 1883-1884, p. 35-36.

Também neste texto, o Brasil, é um “vizinho” que “conseguiu” anular a vantagem imediata da construção do *Almirante Brown* com a aquisição do Riachuelo. Mas este como observou o autor, foi apenas o começo de uma luta que se prolongou por décadas tendo alcançado seu ápice nos anos dez do século XX, com a elaboração dos planos navais de 1906 e 1910. O que importa, registrar, no entanto, é que a “objetividade” argentina dispensou o tratamento ideológico da questão. O Brasil aparece como um vizinho com o qual se deve aprender e que também se deve superar. Assim neste período, o fator mais relevante para a geopolítica na América do Sul reside na formação da Marinha de Guerra da República Argentina que terminou deslocando a posição brasileira na região e redundando na corrida armamentista dos anos de 1881 a 1910. Este fato, com todas as ressalvas, pode ser comparado ao desafio alemão feito à hegemonia da marinha britânica pós 1870 e à corrida armamentista europeia. Importa, no entanto, registrar aqui que estes eventos não ocorreram por acaso ou mera coincidência, mas são histórias diferenciadas, porém conectadas pelo desenvolvimento das guerras totais da sociedade capitalista.

Considerações finais

As evidências reunidas permitem sugerir que militares brasileiros e argentinos se articularam em torno de atividades associativas que tinham por objetivo a promoção de debates sobre as reformas desejadas para as respectivas Marinhas de Guerra, com desdobramentos no campo da política interna – a busca de formulação de um projeto de defesa – e da política externa – cunhando determinada percepção de ameaça e de inimigo. Estas atividades periodísticas tiveram tempos diferentes no Brasil e na Argentina.

No Brasil, ao longo do século XIX dois elementos foram essenciais na atividade periodística: a defesa da liberdade de expressão como fundamento para a formulação de um projeto de defesa. Nos anos trinta do século XIX, o jornal liberal *O cidadão soldado*, por exemplo,

considerava que, a despeito do princípio constitucional de obediência passiva, seria *desejável* que houvessem associações científicas com o fito de formulação de projetos de defesa. Já nos anos cinquenta, a *Revista Marítima Brasileira*, promoveu um deslocamento, ao defender o *direito* dos militares se expressarem no que diz respeito à suas aspirações políticas, às questões de defesa e às de interesse geral da sociedade. Já no fim do século, a *RMB*, já institucionalizada, compreendia que era *dever* dos militares orientar o Estado e a Nação nos projetos de defesa (Arias Neto, 2018, pp. 283-300).

Assim a atividade jornalística na segunda metade do século XIX pode ser interpretada como um dos elementos fundamentais na articulação política dos militares brasileiros em busca de reformas da Marinha no âmbito de um projeto de defesa articulado com a modernização nacional. Neste sentido, os periódicos militares brasileiros apresentavam-se como representantes ou como expressão da “classe militar” em oposição aos civis. Se nos periódicos dos anos cinquenta esta cisão no universo político já aparecia claramente colocada, esta oposição se aprofundou após a guerra da Tríplice Aliança.

Após a guerra, a Argentina constituiu-se, cada vez mais, como principal medida para o projeto de defesa dos militares brasileiros: era a ameaça – percebida e tida como real – às pretensões de hegemonia regional do Brasil. A consolidação do Estado Nacional, a expansão territorial e a prosperidade argentina a partir de 1870 em oposição à crônica crise brasileira do final do XIX tornaram esta percepção mais aguda (Conde, 2008; Cuelo y Schmit, 2010).

Assim, a *Revista Marítima Brasileira*, deve ser compreendida em suas especificidades como um agente político articulado por oficiais reformistas ansiosos em participar ativamente nos destinos políticos do país. Ao mesmo tempo perto e longe do controle do governo, a *Revista Marítima* é, pois, uma fonte relevante para a compreensão da ação política dos militares da Marinha na passagem do Império para a República.

Artículo

Imprensa militar no século XIX:
Brasil e Argentina
Um estudo dos periódicos
navais, 1850-1882
por **José Miguel Arias Neto y
Samuel Alves Soares**

O seu estudo, portanto, deve ser articulado à compreensão da atuação da imprensa militar que lhe precede e que estabelece seus fundamentos e suas características principais. Daí decorre sua aparência ao mesmo tempo tão próxima e tão distante daquela imprensa militar dos anos cinquenta, mas com a qual guarda laços de solidariedade no tempo fundados na tradição, na memória, isto é, no substrato da luta pela modernização da Marinha e pela construção de uma “política de defesa nacional”.

No caso argentino, é possível identificar objetivos similares, inclusive no que diz respeito à formação de um espírito de corpo, identificado à luta pela modernização da armada e pela profissionalização através da associatividade e da atividade periodística. Por outro lado, verificam-se sensíveis diferenças no tempo e no espaço social. Enquanto que no Brasil os oficiais de média patente lançam-se a esta construção a partir dos anos cinquenta do século XIX, na Argentina este processo se inicia pelo menos vinte anos mais tarde, por volta de 1870. No Brasil esta luta conduziu os militares à ação política especialmente após a guerra da Tríplice Aliança. Isto por que a geração dos anos cinquenta havia galgado altos postos nos anos de 1870 em função da guerra e desenvolveu um programa reformista e profissionalizante em maior pé de igualdade com os oficiais de antiga cepa “formados no calor da batalha”. De fato, visto desta perspectiva, a institucionalização da *RMB* pelo governo é também uma vitória dos oficiais com formação nas escolas profissionais. Já no caso argentino há uma predominância dos tarimbeiros (formados na experiência) no alto oficialato. Para contornar este obstáculo sem criar uma crise institucional os oficiais subalternos desenvolveram toda uma engenharia política para a criação do Centro Naval. Tratava-se, portanto, da iniciativa de oficiais subalternos e de civis, no sentido de participar das formulações das reformas da Marinha Argentina no momento de consolidação do Estado Nacional. Oscar Ozslak aponta quatro fatores fundamentais na organização do Estado: a) capacidade de exteriorizar o poder nacional, tendo a soberania reconhecida por outros estados; b) capacidade de institucionalizar as autoridades legítimas e a constituição do monopólio do exercício da coerção sobre

o território; c) criação de instituições públicas profissionais e centralizadas; d) capacidade de internalizar uma identidade coletiva (Ozslak, 1982; Cuello y Schmit, 2010, p. 66).¹⁴ Diferentemente dos militares brasileiros que buscavam soluções para superar a crise do final do Império, os argentinos participavam ativamente da construção de uma forte Marinha no conjunto do Estado Nacional em consolidação e sua projeção para o sul e para o Atlântico.

Tanto a ação da *RMB* como do *BCN* foram relevantes neste processo de superação de crises (no caso do Brasil) e de consolidação das forças militares navais (no caso argentino) quer por propagar e difundir os novos conhecimentos de tecnologia bélica, quer por construírem uma ameaça palpável, parâmetro para a formulação de projetos de defesa e de modernização. A segunda metade do XIX é um período chave para se compreender, portanto, as novas configurações globais dos Estados Nacionais e de suas forças militares, especialmente as navais bem como dos novos espaços regionais e das novas projeções geopolíticas. Histórias ao mesmo tempo diferenciadas e conectadas que ocorreram nos EUA após a guerra da Secessão, no Japão após a Revolução Meiji, na Alemanha após a Guerra Franco-Prussiana e no Brasil e na Argentina após a Guerra da Tríplice Aliança, só para mencionar os casos mais clássicos do período.

Bibliografia

- Arias Neto, J.M. (2003). Por uma nova abordagem do político: a unidade nacional e o projeto conservador de organização da Armada. In: Joaquin, A. L. y DeNipoti, C.L. (org.) *Leituras em História*. Curitiba: Aos Quatro Ventos.
- Arias Neto, J. M. e Garcia, G. I. (2016). A imprensa como soldado da Tríplice Aliança e do Paraguai: guerra total e desumanização do inimigo. In: Squinelo, A.P. (org.) *150 anos após - A guerra do Paraguai: entreolhares do Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai*. Campo Grande: Editora UFMS.

¹⁴ Ver também Halperin Donghi, (1984).

Artículo

Imprensa militar no século XIX:
Brasil e Argentina
Um estudo dos periódicos
navais, 1850-1882
por **José Miguel Arias Neto y
Samuel Alves Soares**

- Arias Neto, J. M. (2018). Imprensa Militar: Ciência, Tecnologia e Política no Império. In: Barbosa, J.F.; Gomes Vianna, M. A.; Gonçalves, L. P.; Cunha, P.R. (orgs.). *Militares e Política no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular.
- Conde, R. C. (2008). O crescimento da economia argentina, c.1870-1914. In Bethell, L. (org.). *História da América Latina de 1870 a 1930*. Volume V. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.
- Cuello, A. y Schmit, R. (2010). Derechos de propiedad, control social y poder durante la constitución del Estado Nación (Entre Ríos, 1850-1870). In Bohoslavsky, E. y Orellana, M. G. (ed.). *Construcción estatal, orden oligárquico y respuestas sociales. Argentina y Chile, 1840-1930*. Buenos Aires: Prometeo Libros; Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2010.
- Eco, U. (1998). *Cinco escritos morais*. Rio de Janeiro: Record.
- Halperin Donghi, T. (1984) *Proyecto y construcción de una Nación*. Buenos Aires: Ariel-Biblioteca del pensamiento argentino.
- Lonzieme, E. G. (1983). *Historia del Centro Naval en su centenario*. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales.
- Mattos, I. R. (1987). *O tempo Saquarema*. São Paulo: HUCITEC/MinC/ Pró-memória/Instituto Nacional do Livro.
- Moniz Bandeira, L. A. (2010). *Brasil, Argentina e Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Nabuco, J. (1997). *Um estadista do Império*. Rio de Janeiro: Topbooks.
- Oyarzábal, G. A. (2003). *Los marinos de la generación del ochenta*. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales.
- Piccirilli, R. (1967). *Lecciones de historia naval Argentina*. Buenos Aires: Secretaria de Estado de Marina, Departamento de Estudios Históricos Navales.
- Rodríguez, H. y Bergallo, J. (2005). *Centro Naval: unión y trabajo*. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales.
- Silveira, M.C. (2015). *A batalha de papel: a charge como arma na guerra contra o Paraguai*. Florianópolis: Editora da UFSC.
- Soares, T. (1956). *O drama da Tríplice Aliança: 1865-1876*. Rio de Janeiro: Brand.
- Souza, A.B. (1999). *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- Vidigal, A.A. F. (1985). *A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.